



Trabalho e Ser Social: reflexões sobre a ontologia lukacsiana e sua incidência no Projeto Ético-Político Profissional*

Labor and the Social Being: Reflections regarding the Lukacsian ontology and its occurrence in the Professional Ethical-Political Project

REGINALDO PEREIRA FRANÇA JUNIOR**

RICARDO LARA***



RESUMO – Este artigo, originário das reflexões do Núcleo de Estudos e Pesquisas “Trabalho e Questão Social na América Latina”, do departamento de pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), tem a intenção de apontar elementos para compreensão da profissão na atualidade, além de realizar uma análise sobre a categoria “trabalho” em Marx e Lukács e sua relação com o Serviço Social como profissão assalariada inserida na divisão social e técnica do trabalho, que contribui com o processo de (re)produção da lógica do capital. Determinada pela sociabilidade capitalista, é importante assinalar que o Serviço Social situa-se numa zona de colisão com os interesses do capital, pois pela sua natureza e as determinações do capital o elemento “contradição” se autodetermina. Sendo tributária dos interesses coletivos advindos da classe trabalhadora, a profissão busca, por meio de um projeto profissional vinculado a um projeto de classe, a adesão a valores coletivos que atendam às necessidades concretas emanadas da classe trabalhadora na direção da construção radical de uma nova sociabilidade.

Palavras-chave – Trabalho. Ontologia. Serviço Social. Projeto Ético-Político.

ABSTRACT – This article, originating from the reflections of the "Labor and Social Issues in Latin America" Studies and Research Nucleus at the Social Services Graduate program at Federal University of Santa Catarina (UFSC), intends to point out elements for understanding the profession as it is today, in addition to conducting an analysis of the labor category in Marx and Lukács and its relation to Social Services as salaried profession inserted in the social and technical division of labor, which contributes to the process of (re)producing the logic of capital. Determined by the capitalist sociability, it is important to note that Social Services are in a collision path with the interests of capital because, due to the nature and determinations of capital, the "contradiction" element is self-determining. The profession, which is complementary to the collective interests of the working class, seeks to use a professional project, connected to a class project, to adhere to collective values that meet the concrete needs which emanate from the working class towards a radical construction of a new sociability.

Keywords – Labor. Ontology. Social Services. Ethical-Political Project.

* Agradecemos à companheira Beatriz Abramides pela inestimável contribuição na revisão deste material.

** Doutorando em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis – SC/Brasil.
E-mail: reginaldo.francajr@gmail.com

*** Doutor em Serviço Social, Professor Adjunto, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis – SC/Brasil.
E-mail: ricardolarauf@gmail.com

Submetido em: maio/2014. Aprovado em: abril/2015.

Notas introdutórias: o trabalho

A definição da categoria “trabalho” vem sendo objeto de análise de diversas correntes teóricas do pensamento social contemporâneo, quer seja as correntes conservadoras, de profundo cariz burguês, ou as mais emancipatórias, das quais destacamos e tomamos como referencial a teoria social de Marx e, posteriormente, o debate de György Lukács. As reflexões sobre tal categoria necessitam ser analisadas de maneira cuidadosa e sustentada por um arcabouço teórico que tenha a sociedade capitalista como ponto de partida e a concretude da vida como pedra angular, pois a pluralidade de correntes de pensamento, tradicionalmente, enviesa as análises e a compreensão dessa categoria tão central para o ser humano, levando-a a vulgarismos que podem distorcer suas particularidades no mundo contemporâneo.

Nessa direção, abordaremos o trabalho a partir do debate presente na tradição marxista, o qual é compreendido como categoria apropriada pela determinabilidade das relações sociais de produção tipicamente burguesas, visto que o capital é uma “[...] potência econômica da sociedade burguesa que tudo domina” (MARX, 2011, p. 60). Cooptado como elemento essencial para a (re)produção da lógica do capital, situamos, numa particularidade que ao mesmo tempo é universal, a inscrição do assistente social na condição de trabalhador assalariado, entendido como uma especialização do trabalho coletivo, que dispõe de um projeto profissional alinhado aos interesses coletivos dos trabalhadores.

O trabalho e seu significado ontológico

Tomando os elementos como ponto de partida, podemos retomar Lukács e afirmar que:

O trabalho dá lugar a uma dupla transformação. Por um lado, o próprio ser humano que trabalha é transformado por seu trabalho; ele atua sobre a natureza exterior e modifica, ao mesmo tempo, sua natureza, desenvolve as potências que nela se encontram latentes (LUKÁCS, 2012, p. 286).

Dado como processo que coexiste na relação entre homem e natureza, o trabalho é potência posta em movimento na direção de buscar a satisfação das necessidades coletivas, processo de interação com sua matéria-base que invariavelmente se encontra na natureza. Essa natureza não consiste numa condição onírica de compreensão, deificada ou subjetivada; é nela, enquanto um terreno concreto, que mediada pelo trabalho e pelas capacidades do homem torna-se núcleo fundante para a satisfação das necessidades do humano-genérico.

Lukács, apoiado em Marx, coloca o trabalho nesta “via de mão dupla”, tendo em vista que o trabalho só se consolida nessa interação com a natureza bruta e dinamizado pela busca das satisfações coletivas, sejam elas as mais variadas possíveis, o homem se autotransforma.

Para Marx,

O trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. [...] Não se trata aqui das primeiras formas instintivas, animais, de trabalho [...] Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto, idealmente. Ele não apenas

efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural, o seu objetivo (MARX, 2006, p. 211).

Assim, o trabalho, além de ser uma atividade fundante para o ser social, pois lhe confere determinado estatuto, diferenciando-o dos demais animais existentes na natureza, possibilita a transformação da natureza e, por consequência, a sua transformação enquanto ser humano. Assim, para Lukács (1981, p. 11) “só é lícito falar do ser social quando se compreende que a sua gênese, o seu distinguir-se da sua própria base, o processo de tornar-se algo autônomo, se baseiam no trabalho, isto é, na continuada realização de posições teleológicas”. Marx anuncia que, além dessa função social, o homem possui a capacidade de projetar finalidades (teleologia), ou seja, a capacidade de construir, no âmbito da consciência, determinada forma que será objetivada no concreto (objetivo), como um resultado da sua prévia ideação (abstrata), construção mental antecipada na mesma consciência que a materializa por meio do intercâmbio homem-natureza. Assim, para Lukács (1981, p. 8), a teleologia “deve ser compreendida como uma categoria posta [e] guiada através da consciência ao estabelecer um fim”. Destaca-se que essa função é determinada a partir da busca das satisfações das necessidades distintas da humanidade, já que é constituída a partir do momento em que o homem busca-a enquanto uma protoforma facilitadora das necessidades sociais coletivas dadas na cotidianidade, isso porque, é a partir da teleologia que o homem projeta na sua consciência as formas daquilo que, em breve, será seu trabalho objetivado.

Com relação à prévia ideação, é emblemática a sutil, porém importante, comparação de Marx entre a ideação consciente do homem e a materialização inconsciente da abelha e da aranha, pois ambas possuem inerentes qualidades de exímias construtoras na execução dos seus “trabalhos”, porém elas não detêm a consciência daquilo que é objetivado pela sua ação. Aos homens, segundo Marx:

[...] os elementos simples do processo de trabalho são a atividade orientada a um fim ou o trabalho mesmo, seu objeto e seus meios. [...] o processo de trabalho [...] é a atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, [...] comum a todas as suas formas sociais (MARX, 1983, p. 149).

A relação entre homem e natureza é uma condição *sine qua non*, pois há uma relação de coexistência entre as esferas, sendo que não é possível pensar no humano-genérico como “ser” atomizado, descolado da materialidade da vida, e é na natureza, como base eminentemente ontológica, mediado pelo trabalho, que o homem desenvolve suas “potências latentes” (LUKÁCS, 2012). No contexto dessa relação homem-natureza, Lukács é esclarecedor ao afirmar que não é possível conceber o ser social com um elemento deslocado da materialidade da vida inorgânica, dado seu primado ontológico, concreto, que, por sua vez, é base da constituição da sociabilidade. Evidentemente as esferas constitutivas desse ser social não se fundam apenas nas bases inorgânicas, elas se constituem como um complexo, posto em constante movimento, mediado pela esfera orgânica e social.

Assim, o trabalho, enquanto categoria ontológica, não pode ser reduzida apenas à questão de transformação da natureza, pois possui características socialmente determinadas. Assim sendo, o trabalho necessita ser apreendido a partir da sua função social de caráter coletivo, pois as necessidades de outros indivíduos fazem com que o trabalho apresente sua finalidade social, de caráter coletivo. No capitalismo, aquilo que é produzido pelo trabalhador na esfera privada torna-se social a partir das necessidades coletivas, constituindo os laços sociais entre os indivíduos, os quais estão mediatizados pela mercadoria que produzem, adquirindo um significado monetário, financeiro, ou seja, de um valor socialmente determinado.

Essa monetarização das mercadorias necessita ser compreendida no contexto do desenvolvimento da divisão social do trabalho, pois é nesse cenário que os indivíduos produzem objetos por intermédio do

trabalho, que, por sua vez, são possuidores de valor de troca. Assim, é necessário situar a divisão social do trabalho e o próprio trabalho em uma condição fundada no valor de troca, sendo que esse último torna-se, na sociedade do capital, a pedra angular da sua reprodução.

Se a divisão insere-se a partir da existência do valor de troca ocorrida dentro da sociabilidade burguesa, ainda temos uma categoria essencial ao perfeito funcionamento sóciometabólico do capital: o trabalho como uma mercadoria. Entendido no profundo processo de apropriação da força de trabalho, o capitalismo desfigurou a relação entre homem e trabalho, causando-lhe um característico processo de estranhamento entre o produto do seu trabalho e aquilo que foi previamente constituído em sua consciência. Na sociedade capitalista, em que há captura da força de trabalho, situado em suas dimensões subjetivas (teleológica, por exemplo) e concretas (trabalho objetivado), o trabalho e seu produto segue determinado por um valor mercantilizado, com a atribuição de um valor de troca.

Centrado na contraditoriedade da sociedade do capital, enquanto atividade indispensável ao humano-genérico, o trabalho figura-se numa peculiar condição, que imposta pelas relações sociais de produção, o colocam num dilema contraditório. Enquanto capacidade que põe em movimento suas potências, buscando satisfazer suas necessidades coletivas, o trabalho na sociedade capitalista antagoniza-se pela inversão no processo, de maneira em que o homem torna-se um objeto para a (re)produção do capitalismo, e à mercadoria por ele produzida é atribuída um valor fantasmagórico, que ultrapassa o seu valor imediato de objeto, tornando-lhe o sujeito que sustenta as relações sociais de produção.

A posição de Teixeira (2008, p. 125) é situar o capitalismo sob a égide de “uma forma social de integração mediada pelas coisas que, por assim ser, transforma os homens em objetos e as coisas, que são objetos, em sujeitos das relações sociais”. Nessa inversão, as determinações do estranhamento (*entfremdung*) tornam-se uma relação simbiótica com o capital e suas formas de (re)produção, visto que, para além da subsunção da mercadoria em relação ao humano-genérico, o estranhamento dilacera toda e qualquer capacidade do trabalhador em reconhecer seu trabalho objetivado.

O trabalho objetivado do homem é um processo que revela em um polo a “pobreza e o esvaziamento do trabalhador”, e no outro, a riqueza e o poder do burguês. Pensado como “frutos do trabalho”, torna-se, segundo Frederico (2005, p. 131) “[...] uma potência social, estranha e hostil, que escapa do trabalhador e se volta contra ele para dominá-lo”.

A dominação do homem pelo objeto criado por ele mesmo associa-se a elementos de ordem objetiva, como a exploração, por exemplo, mas se intensifica pela via do mecanismo ideológico da ordem burguesa e do acirramento das contradições dadas pelas crescentes taxas de superexploração do capital pelo trabalho, revelando o caráter alienante dos mecanismos ideológicos da sociedade que o engendra. Dessa maneira, o trabalho autoconstruído historicamente possibilita ao homem a realização das mediações e atividades essenciais: “a sociabilidade, a consciência, a universalidade e a liberdade” (BARROCO, 2005, p.116), ou seja, o trabalho é uma atividade autocriativa, de caráter universal, na direção do desenvolvimento das potencialidades rumo ao humano-genérico.

O trabalho requer distanciamento entre a imediatização dos instintos, pois objetiva por meio da natureza a transformação almejada, que segue mediatizada pela satisfação das necessidades humanas e na direção da sua humanização. Esse distanciamento remete o humano-genérico na direção do conteúdo ontológico do qual o trabalho carrega, mesmo profundamente alterado e determinado pelas forças produtivas do capitalismo e sua constante (re)produção. Para (Lukács, 2012), as mais variadas formas imediatas possuem determinações sobre o cotidiano, e tais determinações obscurecem o “realmente essencial no plano ontológico”. Para o pensador húngaro, o obscurecimento no plano ontológico enraíza-se por meio de deduções analógicas que remetem o ser humano a uma compreensão solipsista¹ da realidade, ou seja, fundada em deduções alienadas. Lukács ainda insiste em apontar suas reflexões na direção da superação do cotidiano imediato, como uma possibilidade de apreender o autêntico *ser-em-si*,

requer que os “[...] meios de domínio intelectual do ser sejam submetidos a uma permanente consideração crítica” (LUKÁCS, 2012, p. 37).

Esta superação, na direção do humano-genérico, situa-se como uma atividade necessariamente constituída coletivamente, em cooperação com outros homens, além de seu dado ontológico submetido à racionalidade crítica, no contexto de um mecanismo dialético, que nega suas bases constitutivas, dando origem a um novo tipo de ser. Deste modo, esta cooperação é:

[...] condição ontológico-social inevitável do trabalho, na (re)produção do ser social, dá a ele um caráter universal e sócio-histórico. O trabalho não é obra de um indivíduo, mas da cooperação entre os homens; só se objetiva socialmente, de modo determinado; responde a necessidades sócio-históricas, produz formas de interação humana como a linguagem, as representações e os costumes que compõem a cultura (BARROCO, 2005, p. 26-27).

Logo, a reflexão aponta que o trabalho em sua característica sócio-histórica passou por modificações substanciais, porém não perdeu a essência do seu caráter ontológico, por meio do qual possibilita o reconhecimento do homem enquanto ser humano, de sua relação com outros seres sociais e a possibilidade construtora das formas de linguagem, de sociabilidade, de cultura, etc. Nesse contexto, a partir do processo de cooperação entre os homens na objetivação do trabalho, emerge uma categoria que necessita ser explicitada, que se refere à consciência teleológica secundária, que segue mediada pela consciência de outros sujeitos.

A partir do momento em que o homem estabelece uma relação consciente e histórica com outros homens, na direção de objetivar um determinado trabalho – já idealmente constituído (teleologicamente) –, faz com que essa posição teleológica secundária ultrapasse a característica mais simples do trabalho (sua relação com a natureza) na direção da constituição de uma categoria que incide diretamente sob as condutas humanas, objetivando projetar a consciência humana e impulsionar ações (LARA, 2008).

Assim, para além de sua centralidade, a posição teleológica secundária potencializada pelo trabalho se dirige rumo à práxis social, entendida como um campo de possibilidades de transformação. Com relação à práxis social, Lukács (1978) é esclarecedor ao afirmar que

[...] o homem torna-se um ser que dá respostas precisamente na medida em que – paralelamente ao desenvolvimento social e em proporção crescente – ele generaliza, transformando em perguntas seus próprios carecimentos e suas possibilidades de satisfazê-los; e quando, em sua resposta ao carecimento que a provoca, funda e enriquece a própria atividade com tais mediações, frequentemente bastante articuladas (LUKÁCS, 1978, p. 05).

A partir das projeções mentais aperfeiçoadas do homem, sua práxis social segue cada vez mais social. Dessa maneira, as complexidades emanadas da práxis social, categorizada por Antunes (2001) como ações interativas, acabam assumindo uma supremacia frente aos níveis inferiores, mas estes ainda continuam permanentemente sendo a base da existência daqueles mais complexos (LARA, 2008).

Pelo trabalho o ser humano-genérico transforma-se em outro tipo de ser, diferente de outros seres existentes na natureza: o ser social. Para Lukács (1979), o salto ontológico se constitui em momentos, sendo que o primeiro se manifesta a partir da linguagem, das formas de consciência e do trabalho, estando o homem na direção do ser-em-si do gênero humano, mediando o indivíduo ao gênero, entendido numa dimensão que transita entre o ser particular e o universal. Esse processo primário é situado por Frederico (2005, p. 126) como a formação do “[...] ser social e os dois pólos que o integram: o indivíduo e a sociedade”. O segundo momento é compreendido pelo processo de reconciliação entre o indivíduo e o gênero humano, que Lukács (1979), apoiado em Marx, situa ao longo da história como pré-história da sociedade humana, isto é, do gênero humano.

Vejamos as reflexões de Lukács (1979):

Tal pré-história, a história do vir-a-ser do homem, do fazer-se expressão adequada do gênero humano por parte da sociedade, somente poderá acabar quando os dois pólos do ser social, indivíduo humano e sociedade, cessarem de atuar espontaneamente de modo antagônico um sobre o outro: quando a reprodução da sociedade promover o ser-do-homem, quando o indivíduo na sua individualidade realizar-se conscientemente como membro do gênero humano. Este será o segundo grande salto no desdobramento do ser social, o salto genérico em-si ao genérico para-si, o início da verdadeira história da humanidade, na qual a – insuprimível – contraditoriedade interna ao genérico, aquela entre o indivíduo e a totalidade social, cessa de ter um caráter antagônico (LUKÁCS, 1979, p. 406).

Ao referir-se sobre o indivíduo e sociedade como “polos”, Lukács os situam a partir do desenvolvimento particular, notadamente marcado por contradições, descompassos, marcado por profundas tensões, que lhes conferem determinado movimento. Nesse conjunto, o pensador busca refletir sobre o constante processo de reprodução da vida social como elemento que “conduz à individuação do sujeito e à socialização crescente da sociedade” (FREDERICO, 2005, p. 126). Ao cessarem os antagonismos inerentes a esses polos, possibilitará ao homem-em-si romper com o ser determinado pela sociedade reprodutora, para a direção do homem-para-si, ascendido ao homem genérico, suspenso da cotidianidade reificadora, isto é, um salto ontológico.

Desse modo, o salto ontológico

[...] implica numa mudança qualitativa e estrutural do ser, na qual a fase inicial contém certamente em si determinadas premissas e possibilidades das fases sucessivas e superiores, mas estas não podem se desenvolver daquelas a partir de uma simples e retilínea continuidade. A essência do salto é constituída por essa ruptura com a continuidade normal do desenvolvimento e não pelo nascimento repentino ou gradual, ao longo do tempo, da nova forma de ser (LUKÁCS, 1979, p. 95).

O salto ontológico como processo de alteração dos elementos pré-humanos para o atual estágio do humano-genérico não pode ser concebido como um processo retilíneo, dado apenas pela vontade objetiva do ser social; ele reside no cerne da concretude da vida social, determinada pelas relações sociais de produção capitalistas, concebida suas bases na ruptura (contraditória e desigual) da condição anterior, que possibilita a emergência desde novo ser orgânico (LARA, 2008). Assim, as “formas de objetividade do ser social se desenvolvem à medida que surge e se explicita a práxis social, a partir do ser natural, tornando-se cada vez mais claramente sociais” (LUKÁCS, 1979, p.17).

Para o pensador húngaro, o salto ontológico não pode ser concebido como um processo mecânico ou natural, ele situa-se como processualidade dialética, em que, mediado pelo trabalho e suas projeções (teleologia), este se afirma como uma possibilidade geradora de um novo ser. Para o autor, o salto não é anulado pela lentidão do processo e por suas “inúmeras formas intermediárias”, pois a partir do por teleológico dado pelo trabalho, opera-se a transformação deste ser para um ser para-si, “e, portanto, implica a superação tendencial das formas e dos conteúdos sociais mais puros, mais específicos” (LUKÁCS, 1979, p.17).

Essa superação em direção a tais conteúdos mais puros situa-se numa processualidade permeada de contradições, dadas pela constituição da sociabilidade do capital e sua determinabilidade na esfera da relação indivíduo/sociedade, que conduz, invariavelmente, a complexos de complexos, originários de processos ulteriores que engendram e dão movimento, com clara determinação na esfera da totalidade social à qual o ser social se (re)produz.

A divisão social do trabalho e a inscrição do Serviço Social como trabalho coletivo

Com a necessidade de organização do processo de trabalho em âmbito político, social, econômico e ideológico, o capital cria uma cisão entre os trabalhadores e o próprio trabalho. Com a posição estratégica do trabalho como atividade essencial à reprodução do capital, ocorre a necessidade de estruturação do seu processo, a fim de possibilitar ao trabalho e ao próprio capital condições de otimização das tarefas e, conseqüentemente, aumento acentuado da extração de mais-valia (absoluta e relativa).

Cabe lembrar que as protoformas do trabalho eram rudimentares e se baseavam no atendimento das necessidades mais imediatas de grupos sociais. Recorde-se que o trabalho era fundado em atividades manuais, pautado por habilidades tradicionais, passadas de pais para filhos, como forma de garantir apenas a subsistência.

Com emergência do capitalismo, as atividades que eram pautadas na troca e na satisfação apenas das necessidades passam a ser determinadas por valores distintos aos seus costumes, como, por exemplo, a valoração (como valor de uso e valor de troca) do produto do trabalho humano, além da apropriação, como mercadoria, da força de trabalho. Os princípios econômicos e ideológicos do capital baseiam-se na fragmentação das ações, com vistas à maior acumulação de capital por meio de produção em maior escala e na apropriação do trabalho não pago, ou seja, da exploração da força de trabalho.

Para Marx (1975), a estratégia primeira foi a apropriação dos meios de produção, ou seja, aquilo que era apenas para atendimento de necessidades básicas de determinado grupo social passa a ser apropriado pelo grande capital, que o situará na esfera da propriedade e, assim, passa a exercer dominação junto àqueles sujeitos que apenas dispõem da força de trabalho enquanto mercadoria. Ao mesmo tempo em que ocorre profundo processo de apropriação dos meios de produção, com a atribuição de valores à mercadoria, tudo que era produzido dentro das pequenas oficinas e casas passa a ter um espaço específico: a fábrica. Assim, com a junção de todas as tarefas executadas em um único ambiente, o capital passa a controlar todas as fases do processo produtivo, bem como as formas das determinações sobre o corpo e a “captura da subjetividade do trabalhador” (LOURENÇO, 2009, p. 69). Sob tais determinações as mercadorias produzidas passam a ter significados diferentes para aqueles que o produzem (a alienação e o estranhamento do que foi objetivado por sua ação) e para aqueles que as comercializam (atribuição de valor material e simbólico – fetiche – e a apropriação do excedente da força de trabalho, convertido em apropriação do lucro). Assim, quando a “atividade humana é alienada, seu caráter social e consciente é negado; a liberdade e a universalidade objetivam-se de forma limitada e inexpressiva” (BARROCO, 2008, p. 35).

Além de produzir em escala profundamente acentuada, a fábrica, regida pela organização capitalista, vai determinar com o passar do tempo, as novas formas de vida em sociedade, determinando as relações sociais. Ou seja, a inserção no mundo do capital vai impor à sociedade as relações sociais de produção, determinando os modos de vida, as formas e padrões de consumo, a cultura, etc. Outra característica da divisão social do trabalho é a organização dos trabalhadores na fábrica, que passa a ser coletivo, dependente e fragmentado, fazendo com que, ao final da tarefa, os trabalhadores não reconheçam aquilo que foi produzido por meio das suas forças físicas e intelectuais. A despeito do resultado do seu trabalho, Marx (2002) acentua:

No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador e, portanto, idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural, seu objetivo, que ele sabe que determina como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade (MARX, 2002, p. 212).

Esse processo assinalado por Marx é consubstanciado dentro da órbita do capital, impingindo ao trabalhador a sucumbência de toda sua capacidade (física e intelectual) às determinações sociais, econômicas e ideológicas do grande capital, o que provoca um acentuado processo de estranhamento do conteúdo do sentido do trabalho, em favor das mercadorias que são originárias do seu processo de trabalho.

É no contexto do seccionamento do trabalho promovido para a reprodução sociometabólica do capital, forma institucionalizada de apropriar-se do excedente do trabalho (mais-valia), que o estranhamento se manifesta, tendo como elemento-chave o não reconhecimento dos resultados objetivos e subjetivos do seu trabalho ao final do processo de produção. Ou seja, a mercadoria por ele produzida já não possui significado para o produtor. Assim, a alienação,

...deriva da apropriação do excedente (produzido pelos trabalhadores) por aqueles que detêm os meios de produção, pela divisão social do trabalho e separação do produto dos seus produtores, mas, sobretudo, das relações sociais, político-institucionais e culturais, estabelecidas pelo sistema capitalista (LOURENÇO, 2009, p. 52).

O estranhamento decorre de determinações objetivas, concretas, do processo de trabalho, mas reside, também, nas respostas ideológicas do capital, na evidente manipulação da vida social, dos costumes, da cultura e dos sentidos do trabalho. É necessário considerar que o trabalho alienado é uma atividade exterior ao homem, que não lhe pertence, que segundo Marx (2004, p. 84) é uma atividade que “mortifica sua *physis* e arruína seu espírito”, porém, antagonicamente, o trabalho é atividade que lhe confere a possibilidade do emprego das potências necessárias ao desenvolvimento das suas capacidades.

Na condição de trabalhador, o Serviço Social situa-se como profissão assalariada, inscrita na divisão social e técnica do trabalho, a partir do entendimento de que é uma especialização do trabalho coletivo e que atende necessidades antagônicas. Sua inscrição nesse cenário “não se autodetermina. Isto quer dizer que essa profissão, como qualquer outra, não pode prescindir de uma análise da sociedade em sua autocompreensão. Sua história é tributária da história da sociedade capitalista em um dado grau de seu desenvolvimento: a idade dos monopólios” (GRANEMANN, 1999, p. 161).

É a própria constituição como trabalhador, mediado pela (re)significação do conteúdo ideo-político da profissão, que elege valores e uma direção social alinhada à luta geral dos trabalhadores, o que vai situar o assistente social em uma zona particularmente antagônica no mundo do trabalho. Porém, a reflexão do seu entendimento enquanto trabalhador, assegurada também na direção social da profissão, confere fundamentos ao trabalho profissional de enfrentamento ao cenário do capital, caracterizado por um contínuo processo de apropriação dos meios de produção, pela exploração da força de trabalho e determinação do seu funcionamento sociometabólico, que indica os caminhos antagônicos da relação capital e trabalho, concebida como expressão de luta de classes.

Nesse cenário marcado por profundas tensões, a centralidade do trabalho torna-se pedra angular para o Serviço Social, a partir da sua condição de trabalhador e, sobretudo, pela direção social da qual a profissão e seus trabalhadores são legatários, o que confere à profissão uma determinabilidade posta nas relações sociais de produção, e tem, no trabalho, como qualquer outro trabalhador, as protoformas de constituição de um ser social.

Debater a questão do trabalho é essencial para a profissão, tendo em vista que ao elegermos um projeto ético-político sob bases críticas faz-se necessário compreender a dinâmica dessa profissão, que para a reprodução do capital em todas suas esferas é um elemento base, visto que é por meio do trabalho que o processo de produção se erige e sustenta. Ao se sustentar sob a égide do valor-trabalho é necessário compreender a dinâmica capitalista que toma das mãos do trabalhador a mercadoria por ele produzida,

apropriando-se da sua potência humana (objetiva e subjetiva), extraindo-lhe o que Marx vai chamar de mais-valia.

Nessa direção, o assistente social, como trabalhador, defronta-se com um cotidiano marcado e tensionado pelas formas bárbaras de exploração do trabalho, o que situa as duas classes na disputa de projetos distintos. Desse antagonismo, a emergência da “questão social” torna-se ao mesmo tempo matéria-prima do trabalho profissional, bem como uma expressão que rebate insistentemente na sua condição de vida.

Portanto, na apreensão teórica e no exercício profissional, a “questão social” não pode ser apreendida apenas como uma expressão epifenomênica. Ela necessita de uma compreensão que leve em consideração o antagonismo de classes, determinado na relação entre capital-trabalho, expressando a perversidade da lógica do capital que dilacera a vida objetiva e subjetiva dos trabalhadores. É na direção da transcendência dessa sociedade de classes que o projeto profissional acentua sua potencialidade, como projeto político visceralmente alinhado aos interesses da classe trabalhadora.

Considerações finais

A barbárie da vida social sob a égide do grande capital impele-nos a uma reflexão que vise a superação da leitura puramente legalista dos elementos do Projeto Profissional, evidenciado pela necessidade de que nós, trabalhadores, temos um grande desafio diante das relações sociais capitalistas: trata-se de compreender que esse projeto de raiz político-legal segue mediado pela necessidade da materialização de uma construção coletiva de todos os trabalhadores, na direção de uma nova ordem societária, livre da dominação, da exploração do homem pelo homem e da condição de classe dominante e dominada, em que “o homem seja a medida de todas as coisas” (IAMAMOTO, 2008, p. 226).

O projeto defendido pela classe trabalhadora pode ser considerado um projeto de cunho progressista que tem como pano de fundo a relação conflituosa entre capital-trabalho, haja vista o processo de aprofundamento desta relação que leva o trabalhador a profundas taxas de empobrecimento, além da sua degradação, com rebatimento nos processos de exclusão em todos os contextos (político, econômico, social, etc.). Na direção oposta, os projetos originados das demandas da classe trabalhadora fundam-se em princípios e valores particulares.

[...] a liberdade, a democracia substantiva e a cidadania, os direitos humanos, civis, políticos e sociais, a justiça social, as políticas sociais universais, não contributivas, de qualidade e constitutivas de direitos de cidadania, a ampliação da esfera pública, a eliminação de toda forma de exploração, dominação e submissão, como sistema de convivência social e de desenvolvimento de uma cidadania substantiva (MONTAÑO, 2003, p. 29).

Dessa maneira, fica perceptível que a plataforma ideo-política em que se alicerçam os interesses da classe trabalhadora colide diretamente com o projeto neoliberal de caráter reformista² (agudizado a partir do segundo governo de Lula da Silva, momento pelo qual os conceitos do neodesenvolvimentismo se acentuam consideravelmente), pelo fato de que é um campo antagônico em que emergem, se movem e recompõem as lutas de classes, na busca pela manutenção e ampliação dos seus projetos e classe. Para o fortalecimento do embate nesse cenário adverso, é

...imprescindível a existência de organizações profissionais articuladas, legitimadas pelo coletivo e representante dos mesmos, ativas e atuantes: na organização de eventos, intervindo publicamente pela defesa dos direitos civis e

políticas sociais universais de qualidade, [...] representando os seus membros na defesa de seus interesses (MONTAÑO, 2003, p. 51).

Em decorrência, os trabalhadores, enquanto classe organizada pela luta de seus interesses, têm nas instituições organizativas (sindicatos, conselhos, etc.) um aparato jurídico que lhes possibilite uma intervenção nos marcos legais, conferindo-lhes condições institucionalizadas e organizadas de luta na contracorrente do capital. Nesse cenário, os assistentes sociais, na condição de trabalhadores, e o projeto profissional se inscrevem como agentes vetores da luta e da resistência do contramovimento operado na contemporaneidade pelo capital em sua era monopólica, que tem causado diversos prejuízos à esfera dos direitos sociais da classe trabalhadora, a qual tem lutado, como contra-hegemonia, pela busca incessante de manter todo o conjunto de direitos duramente conquistados.

Assim, a classe trabalhadora, bem como o próprio posicionamento do Serviço Social, direciona esse contexto tão adverso na perspectiva de construção de projetos profissionais e societários que os situem como “guia efetivo para o exercício profissional, e consolidá-lo por meio de sua implementação efetiva, ainda que na contramão da maré neoliberal” (IAMAMOTO, 2008, p. 233).

As determinações das relações sociais sobre os elementos sócio-profissionais indicam um rumo ideológico-político de um coletivo profissional comprometido com as bandeiras de lutas e com as necessidades da classe trabalhadora, o que nos faz observar a partir de uma visão crítica de mundo, a presença de uma belicosa ofensiva da programática neoliberal na direção da contínua desconstrução cotidiana das principais bandeiras da classe trabalhadora, com forte rebatimento na direção social do Serviço Social. Tal condição repercute por meio do alargamento das bases de correntes ideológicas estranhas às assumidas pelo coletivo profissional, que levam, invariavelmente, a descaminhos perigosos e um difícil processo de reversão.

Não podemos reduzir todo esse conjunto a meros esquemas “atomizados” das mutações significativas que ocorrem na sociedade, sejam essas ideológicas, políticas, econômicas, sociais e culturais, pelo fato de que todos esses elementos são mediados e tensionados pelas relações sociais de produção e, não obstante, sob a égide do grande capital. A compreensão desse complexo jogo reside na apropriação da crítica, da reflexão teórico-prática e do alinhamento aos princípios profissionais contidos no projeto ético-político e no Código de 1993, associados à busca pela sua materialização no cotidiano profissional.

O projeto ético-político expressa, assim, valores e conquistas que só podem ser entendidos a partir de uma reflexão sobre todo o contexto econômico, político, cultural e social que perpassa e é inerente à sociabilidade capitalista, sob a ótica da crítica ao modelo de produção atual e a inserção e reconhecimento do assistente social enquanto trabalhador. Dessa maneira, o Serviço Social se legitima a partir da vinculação do seu projeto: “Esta [...] se dá pela própria exigência que a dimensão política da intervenção profissional impõe. Ao atuarmos no movimento contraditório das classes, acabamos por imprimir uma direção social às nossas ações profissionais, que favorecem a um ou outro projeto societário” (BRAZ, 2004, p. 7-8). Essa busca por uma nova sociedade indica ao assistente social o desenvolvimento de um trabalho profissional em toda sua dimensão constitutiva, concebido a partir de

diversas e variadas ações que efetuamos como plantões de atendimento, salas de espera, processos de supervisão e/ou planejamento de serviços sociais, das ações mais simples às intervenções mais complexas do cotidiano profissional, nelas mesmas, embutimos determinada direção social entrelaçada por uma valoração ética específica (BRAZ, 2004, p. 7-8).

Aliado a esse contexto, o Serviço Social tem na classe trabalhadora uma das suas mais expressivas formas de reconhecimento social e, mais ainda, de aderência de classe, tendo em vista todo o conteúdo e a direção social da profissão que busca constantemente um distanciamento do corporativismo rígido das

profissões regulamentadas, do conceito elitizado da sua condição de profissão de nível superior, bem como a recusa às falsas ilusões. É preciso, ainda, ter claro o posicionamento centrado em uma concepção de valores que convergem, em todos seus canais institucionais, práticos, fundamentos legais, ideológicos, teórico-metodológicos e ético-políticos para uma classe socialmente determinada no cenário do mundo contraditório do capital da qual os assistentes sociais emergem e tem um campo fecundo para o trabalho profissional e, sobretudo, político: a classe trabalhadora.

Referências

- BARROCO, M. L. S. **Ética: fundamentos sócio-históricos**. São Paulo: Cortez, 2008 (Biblioteca Básica do Serviço Social, 4).
- _____. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. São Paulo: Cortez, 2005.
- BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- REIS, Marcelo. **Notas sobre o projeto ético-político profissional**. São Paulo, 2004 (mimeo). Disponível em: <http://www.funorte.com.br/files/servico-social/29.pdf>
- FREDERICO, C. **Marx, Lukács: a arte na perspectiva ontológica**. Natal: EDUFRN, 2005.
- FREDERICO, C.; TEIXEIRA, F. **Marx no século XXI**. São Paulo: Cortez, 2008.
- GRANEMMAN, S. Processos de trabalho e Serviço Social I. In: CEAD; UNB (Org.). **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Brasília: Universidade de Brasília, 1999. p. 155-166 (Módulo II: Contemporânea, Questão Social e Serviço Social).
- GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na cena contemporânea. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: Cfess/Abepss/UnB, 2009. Disponível em: http://cressmt.org.br/upload/arquivo/pos_graduacao_cfess_2010.pdf. Acesso em: mar. 2012.
- _____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2000.
- _____. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. São Paulo: Cortez, 2004.
- _____. **Serviço Social em tempos de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- LARA, Ricardo. **A produção do conhecimento em Serviço Social: o mundo do trabalho em debate**. 2008. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp). Franca, 2008.
- LESSA, S. A emancipação política e a defesa de direitos. **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 90, p. 35-57, jun. 2007.
- LOURENÇO, E. A. S. **Na trilha da saúde do trabalhador: a experiência de Franca/SP**. 2009. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp). Franca, 2009.
- LUKÁCS, György. **O trabalho**. Tradução de Ivo Tonet. Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/6973967/Gyorgy-Lukacs-Trabalho-Para-uma-Ontologia-do-Ser-social>. Acesso em: out. 2012.
- _____. **Para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Editora Boitempo, 2012
- _____. **Para uma ontologia do ser social: os princípios ontológico fundamentais de Marx**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- MARX, K. **A miséria da filosofia: resposta à “Filosofia da Miséria” do sr. Prodhon**. São Paulo: Ciências Humanas, 1982.
- _____. **O capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- _____. **O capital**. V. I, tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- _____. **O capital: crítica da economia política**. livro 1, v. 1-2. 19. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- _____. Trabalho estranhado e propriedade privada. In: MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004. p. 79-90.
- _____. **O capital: crítica da economia política**. livro I. 23. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- MÉSZÁROS, István. Conciencia de clase contingente y necesaria. In: MÉSZÁROS, István. **Aspectos de la historia y la conciencia de clase**. México: Unam, 1973. p. 113-166.
- MONTAÑO, Carlos (Org.). **Servicio Social crítico: hacia la construcción del nuevo proyecto ético-político profesional**. São Paulo: Cortez, 2003.
- NETTO, José Paulo. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social**. 1999 (originalmente publicado no módulo 1 de Capacitação em Serviço Social e Política Social, Brasília, Cfess/Abepss/Cead/UnB, 1999). Disponível em: http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto2-1.pdf. Acesso em: jun. 2013.
- _____. **Marxismo impenitente: contribuição à história das ideias marxistas**. São Paulo: Cortez, 2004.
- _____. O Movimento de Reconceitualização: 40 anos depois. **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 84, p. 21-36, nov. 2005.

¹ Trata-se de uma corrente filosófica que acredita que a existência externa ao homem seja concebida como uma mera ilusão. Desse modo, apenas as experiências internas dos homens são consideradas válidas.

² Para maiores esclarecimentos, ver artigo “Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa” de autoria de Plínio de Arruda Sampaio Jr, publicado na Revista Serviço Social e Sociedade nº112; Out/dez 2012.